

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Geovana Albuquerque/Agência Brasília



Em defesa da saúde

O chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, assumiu a defesa do governo Ibaneis quanto às críticas na área de saúde que têm movimentado a oposição. "O número, por si só, já mostra que o governo vem enfrentando essa questão. Em 2019, foram R\$ 7 bilhões investidos na saúde; em 2023, foram R\$ 12 bilhões. Um total de mais de R\$ 48 bilhões investidos na saúde no período. Isso é uma demonstração de que o governo está trabalhando para enfrentar quaisquer desafios na saúde pública do DF."

JurgenMayrhofer/SSPS



Ajuda aos pets

O deputado distrital Daniel Donizete (PL) enviou meia tonelada de ração para cães e gatos, vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul (RS), resultado de uma campanha que promoveu na Câmara Legislativa.

PEC da Calamidade

Depois de recolher mais de 171 assinaturas de deputados federais, Fernanda Melchionna (PSol-RS) protocolou a PEC 20/24, de sua autoria, apelidada de PEC da Calamidade. A proposta de emenda à Constituição determina, entre outras medidas, o cancelamento da dívida do Rio Grande do Sul com a União. A dívida de R\$ 90 bilhões foi suspensa por três anos para que o estado invista na reconstrução.



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR....

A crise na saúde pública do DF tem solução?



MANDOU BEM

O MPDFT lançou a campanha "Violência contra a mulher não é normal — abra os olhos, sua atitude pode mudar o final", em parceria com a banda de rap Tribo da Periferia, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e com patrocínio da Caixa.



MANDOU MAL

Segundo dados da Secretaria de Saúde, de 31 de dezembro do ano passado até 18 de maio deste ano, 365 pessoas morreram de dengue no DF. Outros 41 óbitos seguem em investigação. Nesse período, foram notificados cerca de 260.387 casos prováveis da doença.

Arquivo Pessoal



PSDB em reconstrução

Está em fase avançada de negociação a nova formação do PSDB-DF. O secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar (**centro**), vai assumir a presidência regional, com a missão de montar uma nominata competitiva para as eleições de 2026. Dois nomes tradicionais da política do DF, o ministro aposentado do Tribunal de Contas da União (TCU) Valmir Campelo (**direita**) e a ex-governadora do DF Maria de Lourdes Abadia, fazem parte do grupo escolhido pelo presidente nacional do partido, o ex-governador e ex-senador Marconi Perillo, para a reconstrução da legenda.

Coringa

Valmir Campelo é um possível candidato a cargo majoritário. Pode concorrer ao Senado, suplente, governador ou vice-governador. Tudo vai depender da composição.

Volta

A ex-governadora Maria de Lourdes Abadia sempre quis voltar para a política. Deve disputar um cargo de deputada federal ou distrital.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Futuro

Na presidência do PSDB-DF, Sandro Avelar deve se limitar a preparar o partido para as próximas eleições. Não pensa em concorrer a nenhum cargo. Ele já disputou a um mandato de deputado federal. No entanto, agora, estará mais nos bastidores. Mas em política nunca se diz nunca.

Mudança de rumo

Com a nova movimentação no PSDB, o senador Izalci Lucas (**foto**), que trocou o partido pelo PL do ex-presidente Jair Bolsonaro, perde poder. A legenda estava sob a presidência do filho do parlamentar, Sergio Izalci.

"Quero também mandar um recado aos ativistas de direitos humanos. Não somos um grupo de vingadores. Os direitos humanos foram ouvidos durante todo o processo, mas o maior de todos os direitos, que é a vida humana, estava sendo violado com a 'saidinha'"

Senadora Damares Alves (Republicanos-DF)



Ed Alves/CB/DA.Press

"Manter a 'saidinha' possibilita a reintegração gradual à sociedade, cria-se uma oportunidade para reconexão com suas famílias e programas de apoio, contribuindo para reduzir a reincidência e promover um recomeço mais positivo na vida desses indivíduos"

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)



Jefferson Rudy/Agência Senado



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

Enquanto operadoras de plano de saúde suspendem contratos de forma unilateral, deixando consumidores descobertos, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Miranda Arantes determinou que o Banco do Brasil e a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) admitam o ingresso, no Plano de Saúde Cassi, de cerca de 6 mil aposentados egressos do antigo Banco Nossa Caixa S/A, incorporado em 2009 pelo Banco do Brasil (BB). O ingresso no plano deve ser "em igualdade de condições com os empregados originariamente vinculados ao Banco do Brasil".

Rovena Rosa/Agência Brasil



Sem câmeras, sem provas

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, declarou a nulidade das provas usadas para condenar um homem acusado de tráfico de drogas. Para os ministros, diante do confronto de versões sobre o que aconteceu na abordagem do suspeito, cabia ao Ministério Público o ônus de apresentar provas que corroborassem a versão dos policiais. Como os agentes não usavam câmeras corporais, a Sexta Turma concluiu que foi uma opção do Estado não se aparelhar devidamente para a produção de provas.

Defesa

O caso diz respeito à abordagem de um homem pela Polícia Militar de São Paulo em via pública. Os policiais disseram que estavam em patrulhamento quando o réu, ao avistá-los, fugiu e tentou se desfazer da sacola que carregava, jogando-a no terreno da casa vizinha à sua. Na sacola teriam sido encontrados 62 pinos com cocaína. De acordo com a defesa, porém, o homem foi abordado pela polícia e, apesar de nada ter sido encontrado com ele, passou a ser agredido, por causa de seu histórico criminal, motivo pelo qual tentou fugir.

Fundada suspeita

A defesa sustentou que a droga encontrada na sacola não pertencia ao acusado e, além disso, teria sido apreendida pela polícia de maneira ilegal, por meio de invasão do imóvel vizinho sem mandado judicial. O réu acabou condenado nas instâncias ordinárias. De acordo com o relator do caso na Sexta Turma, ministro Sebastião Reis Junior, a jurisprudência do tribunal exige que a busca pessoal seja amparada em uma fundada suspeita de que o indivíduo esteja na posse de drogas ou outra coisa ilegal.

Mais dois feminicídios

O Distrito Federal passou 97 dias sem registro de feminicídios. O governo preparava um evento para celebrar a marca positiva. Mas, na última semana, foram dois. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) denunciou um homem por assassinar a companheira na frente da filha de um ano com 16 facadas. Ontem ocorreu um crime bárbaro contra uma mulher, mãe de três filhos. Ninguém consegue dar uma resposta clara para os motivos desses crimes.

Ed Alves/CB/D.A Press



CPI da saúde ampla

Partidos de oposição têm nova rodada de reuniões nesta semana para discutir a criação de uma CPI para apurar falhas no sistema de saúde. Governistas dizem que se for instaurada uma investigação, que seja para apurar problemas desde a gestão de Agnelo Queiroz (PT), passando pelo governo Rollemberg.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press